



# PRÁTICAS FORMATIVAS DE COLETIVOS JUVENIS UNIVERSITÁRIOS E DE OCUPAS DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

**Luís Antonio Groppo**

## PRÁTICAS FORMATIVAS

O convite para o Simpósio “Didática e Prática do Ensino com as juventudes e suas possibilidades de insurgências”, do X EndiPE, muito honra este pesquisador, que manifesta sua gratidão também porque este trabalho me levou a sistematizar alguns resultados de pesquisas conduzidas pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

O Grupo de Estudos sobre a Juventude da Unifal-MG é um projeto que alia pesquisa e extensão e que, desde seu início em 2014, busca atuar de modo dialógico, democrático e plural, composto por sujeitos de várias idades, desde docentes e membros da sociedade local de idade adulta, a estudantes de pós-graduação, graduação e Ensino Médio. Em suas pesquisas recentes, o Grupo de Estudos sobre a Juventude tem usado o termo “práticas formativas”, buscando flexibilizar o modo como se concebe a educação primeiro, sob a inspiração de concepções vindas da educação não-formal, mas, principalmente, tocado pelo contato com práticas formativas auto-conduzidas por adolescentes e jovens, ou co-conduzidas ao lado de pessoas adultas. Sempre, trata-se de práticas largamente autônomas, seja, com conteúdos e metodologias escolhidas pelos próprios sujeitos aprendizes, em especial, durante ações coletivas.

A busca pela compreensão das práticas formativas autônomas de adolescentes e jovens estudantes começou com a pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis e o estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais”, desenvolvida entre março de 2016 e fevereiro de 2019. A pesquisa buscou conhecer práticas formativas de seis coletivos juvenis em uma universidade pública do Sul de Minas Gerais mineira: três ligados a partidos e movimentos sociais de esquerda, um cursinho popular, um coletivo cultural e um grupo evangélico.

Em março de 2019, demos início à pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e auto-formação das e dos ocupas como sujeitos políticos”. Para tanto, foi criada uma rede de pesquisa que tem envolvido 12 Instituições de Educação Superior do país, por meio da qual tem sido feito entrevistas com jovens que, quando ainda eram adolescentes, em 2015 ou 2016, participaram do movimento de ocupações de escolas públicas. Buscamos conhecer, em especial, como viveram o processo das ocupações e quais os impactos que a vivência nesta ação coletiva trouxe para suas trajetórias políticas, educacionais e pessoais.

Este trabalho é um breve relato e reflexão sobre estas práticas formativas insurgentes de adolescentes e jovens, que têm cultivado coletivos juvenis e vêm participando de ações políticas de grande importância na história recente de nosso país.

## PRÁTICAS FORMATIVAS DOS COLETIVOS JUVENIS NA UNIVERSIDADE

A pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis” chegou a alguns resultados interessantes, no que se refere às práticas formativas dos seis coletivos juvenis atuantes na universidade sul-mineira que foram pesquisados<sup>1</sup>.

Quando a pesquisa foi concebida, os termos educação informal e educação não-formal foram importantes para ativar nossa percepção a respeito de práticas formativas distintas das relações acadêmicas típicas da universidade. (PARK; FERNANDES; CARNICEL, 2007). Não era e não é objetivo fazer uso destes termos como categorias classificatórias e estanques. A intenção foi de, com elas, ao lado da própria noção de práticas formativas, registrar um repertório de ações educacionais fomentadas pelos coletivos juvenis na universidade.

Neste repertório, algumas práticas se aproximavam do que concebemos como educação não formal, ou seja, práticas planejadas, mas sem a formalidade do ensino ou educação formal, como: encontros de formação, eventos de extensão, atividades de estudo nas reuniões, oficinas de formação, estudos bíblicos etc. Outras práticas se aproximam do que concebemos como educação “informal”, ou seja, práticas que não foram planejadas para serem formativas, ou que tinham caráter educacional incidental durante outras práticas sociais, como atividades de planejamento, assembleias, debates durante as reuniões, manifestações, lutas, apresentações culturais e até mesmo “rolês” (festas e outras práticas de lazer).

Não se tratavam de práticas formativas necessariamente isoladas da educação formal ministrada por docentes da universidade, nem práticas que sempre se contrapõem à vida acadêmica. Certamente, houve vários registros sobre o quanto a militância nos coletivos políticos ou o mergulho no universo do Maracatu (coletivo cultural) demandou tempo de jovens, tempo que foi subtraído do que precisaria ser dedicado às atividades acadêmicas. Mas também há inúmeros registros da contribuição da formação ensejada pelos coletivos para a própria inserção na vida acadêmica, o que, aliás, é um dos principais objetivos da Aliança Bíblica Universitária (ABU, o grupo evangélico). Também há registros da própria ressignificação do sentido da formação acadêmica graças à influência dos coletivos – formação que passa a ter maior significado político,

nos casos dos coletivos políticos, ou que passa a ser direcionada para a docência, no caso do cursinho popular, ou ainda, que faz dialogar ciência e cultura popular, no caso do Maracatu.

Os coletivos políticos foram os que mais promoveram o que podemos chamar de formação política “explícita”, como estudos de material enviado pelo coletivo, estudos em reuniões, formações com lideranças regionais e estaduais e encontros nacionais. De modo semelhante, também o Emancipa (o cursinho popular), que tinha relações estreitas com o Juntos!. Sobre esta formação e os temas relativos a ela, como democracia, desigualdade social, movimento estudantil e outros, os relatos revelam o aprendizado, principalmente, da política dita institucional ou formal. Em consonância, depreendeu-se uma concepção mais propedêutica e preparatória do movimento estudantil, como se a vida nestes coletivos fosse um “treinamento” ou ensaio para a ação política mais consequente em partidos, sindicatos e movimentos sociais na idade adulta.

A formação política relacionada ao que Jacques Rancière (1996a, 1996b) considera como a “política” propriamente dita, portanto, dissensual e criadora de sujeitos políticos, se deu por meio de outras pautas e práticas. Trataram-se das pautas ditas “identitárias”, em especial os temas do feminismo e o combate ao machismo. A pesquisa documental também revelou a importância das pautas étnico-racial e LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), mas, nas observações e entrevistas se destacaram muito mais as pautas relativas ao feminismo e às relações de gênero. Entre as práticas mais fortes, destacou-se, primeiro, o auto-aprendizado coletivo de mulheres em reuniões auto-organizadas, que levou ao reconhecimento das opressões de gênero e seu combate, via o compartilhamento de experiências pessoais (a “sensorialidade”). Segundo, práticas de combate ao machismo interno, em especial por meio de conversas, orientações e intervenções, evitando a expulsão ou escracho público, tentando assim reeducar o machista. Trata-se de pautas e práticas muito importantes, a considerar a origem social e econômica da maioria das militantes destes coletivos: o combate ao machismo e o aprendizado da valorização de si como mulher são importantes recursos na luta pela permanência na universidade.

Neste rol, deve se incluir a importante formação política incidental propiciada pela participação em ações coletivas, em especial durante a ocupação da universidade no segundo semestre de 2016. As pautas identitárias e a imersão na ação coletiva foram os elementos que mais inspiraram militantes e ativistas, em suas entrevistas, a relatarem sobre a re-construção de suas “identidades” e a transformação de si, em especial no campo da orientação sexual, mas também na identidade étnico-racial e, enfim, na expressão de si como “militante” ou como alguém que, em qualquer espaço de atuação, deseja se engajar na organização da luta coletiva.

Os demais coletivos, Emancipa, Maracatu e ABU, também registraram importantes práticas formativas e impactos nas trajetórias dos sujeitos. Em todos eles, o coletivo foi considerado como muito importante para atribuir sentidos novos e positivos à vida acadêmica e, principalmente no Maracatu e ABU, para a permanência na universidade. No cursinho popular do Emancipa, também se destacou a formação de docentes. No Maracatu, a reconstrução da identidade cultural. Na ABU, a manutenção de uma identidade religiosa evangélica e sua conciliação com a cultura acadêmica.

## PRÁTICAS FORMATIVAS NAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

Entre as práticas educacionais não formais, durante as ocupações, destacaram-se as oficinas e seus congêneres – como rodas de conversa, debates, cine-debates, entre outros<sup>ii</sup>. As oficinas se destacam por sua quantidade, observando as páginas das ocupações nas redes sociais, assim como pelas entrevistas, mas também por sua representatividade: por um lado, aproximam mais ministrantes e aprendizes, pois os dois sujeitos vão praticar imediatamente, juntas ou juntos, o que ensinam e aprendem; por outro lado, aproximam mais o saber e o fazer, teoria e prática. Estas práticas educacionais não formais, via de regra, acompanharam conteúdos igualmente alternativos, ou que, mesmo quando previstos pelo currículo escolar, eram ignorados ou subestimados, como relações de gênero, relações étnico-raciais, sexualidade e formação política.

Ao lado das oficinas, destacaram-se os “aulões”. A princípio, a prática remete à tradicional e formal “aula”, inclusive porque os conteúdos tratados costumavam ser também os que apareciam no currículo escolar, já que muitas ocupações, especialmente no final de 2015 e no final de 2016, coincidiram com a preparação ao Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Por outro lado, o aumentativo “aulão” remete a uma prática formativa que espera receber muitas pessoas, tanto quanto é aberta para quem quiser assistir, aproximando-se, de um lado, da não formalidade das oficinas, e, por outro, da horizontalidade das assembleias.

As assembleias, que tinham caráter diário em muitas ocupações, assim como as comissões formadas para cuidar do cotidiano recriado da escola ocupada (de segurança, limpeza, alimentação, comunicação), podem ser caracterizadas como práticas políticas e de gestão que tiveram importante impacto **formativa**.<sup>iii</sup> Árias entrevistas, destacam a formação política e humana desta vivência transformada do ambiente escolar, tanto ou até mais do que as oficinas e aulões.

Há, enfim, as orientações de advogadas e advogados de sindicatos e partidos, muito importantes para que as e os ocupas evitassem ou reduzissem os conflitos com o poder judiciário e a polícia, ao lado das orientações de militantes (tanto de entidades estudantis e juvenis, quanto

peças adultas), que contribuíram com orientações sobre como organizar e receber ajuda política e material. Essas orientações tinham um caráter mais pragmático, foram mais comuns no início de cada ocupação de escola, ao lado de uma maior formalidade. É sempre bom recordar que, como forte tendência, as ocupações buscaram ter autonomia em relação a militantes e representantes de sindicatos e partidos, não hesitando em expulsar da escola quem lhes parecia querer se apropriar da ação coletiva ou manipular ela a seu favor ou da organização a qual representava.

## A FILA, A PASSEATA E O CÍRCULO

Este item final tem o objetivo de fazer um exercício de reflexão sobre algumas das práticas formativas que foram acima descritas, diante do limite de espaço deste trabalho. Este exercício pode ajudar na compreensão da radicalidade e das possibilidades emancipatórias contidas nestas práticas educacionais insurgentes.

Adolescentes e jovens estudantes que nossas pesquisas vêm abordando, recriaram diversas formas de distribuir os sujeitos no espaço-tempo das práticas formativas. A forma que mais se destacou foi a figura do “círculo”. Mas também apareceram, transformadas ou reapropriadas pelas e pelos estudantes, a fileira e a passeata.

A fileira é um dos saberes-fazer disciplinares que Michel Foucault (1987) analisou em *Vigiar e punir*, marcante não apenas na escola, mas também no quartel, fábricas e até mesmo hospitais. Contudo, entre as e os estudantes que pesquisamos, a configuração em fileira aparece de forma muito diversa. Ela é bastante presente nas imagens que coletivos e ocupas produzem, quando se retratam, especialmente na apoteose de atos públicos e ações coletivas: em fila ou filas, uma pessoa ao lado da outra, para que todas as pessoas apareçam na fotografia. A fileira, instrumento de vigilância e contagem nas instituições disciplinares, se transforma em recurso para que cada pessoa que participa do coletivo ou da ação política – manifestação ou ocupação – possa ser retratada, valorizando não apenas a coletividade, mas também o individual.

A passeata, que muitas vezes é uma fileira ou fileiras em movimento, também é um recurso tradicionalmente usado, agora por organizações clássicas da política, como partidos, movimentos operários e outros movimentos sociais. Estudantes apropriaram-se da forma, dando a ela novas configurações. Primeiro, quando secundaristas caminharam com suas carteiras por ruas centrais, uma pessoa atrás da outra, pararam em um cruzamento, agora uma pessoa ao lado da outra, sentadas nas carteiras, e interromperam o trânsito por alguns minutos enquanto recitavam um jogral. Tal exemplo, que foi comum já no movimento de ocupações em São Paulo, no final de 2015,

reapareceu em um pequeno município sul-mineiro em outubro de 2016, inspirando os estudantes da universidade mineira que pesquisamos. Quando tais estudantes participaram de manifestação contra as medidas regressivas do governo Temer, já em novembro de 2016, seguiram de modo mais ou menos ordenado o carro de som. Uma tradicional passeata que teve o mérito de juntar jovens estudantes e docentes de idade adulta, entre outros sujeitos. Na segunda passeata, porém, estudantes ficaram adiante do carro de som, executando coreografias fortes e decidiram continuar a passeata quando as pessoas adultas pararam na praça para um comício: foram até o principal trevo da cidade e o fecharam durante duas horas.

O círculo é uma figura que recebe uma imensidão de significados, costumeiro símbolo religioso e esotérico. Mas o círculo é também forma recorrente em várias tribos indígenas, que por meio dele vem assinalar a igualdade entre todas as casas e os homens, equidistantes em relação à “casa dos homens”, no centro da aldeia – como os Bororos. (NOVAES, 1983). Paulo Freire (1985) vai eleger o círculo como forma geométrica necessária para organizar a educação libertadora, a qual parte do princípio de que todas as pessoas são sujeitos que podem tanto ensinar quanto aprender, que todas as experiências humanas produzem saberes relevantes: se tratam dos “círculos de cultura”.

Nas imagens e registros dos diários de campo da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, encontramos jovens estudantes dos coletivos da universidade rotineiramente em círculo – em oposição às carteiras enfileiradas nas salas de aula. Mesmo quando usaram salas de aula, as carteiras eram rearranjadas em círculo. Coletivos políticos, entretanto, costumavam se reunir no hall do prédio principal, com as pessoas sentadas no chão, em círculo. Nas oficinas do Maracatu, o coletivo cultural, havia um quase círculo em volta da mesa em que eram confeccionados instrumentos, depois o círculo ideal quando ensaiavam. Nos Encontros Indutivos Bíblicos da ABU, há de novo um quase círculo, com jovens de religião evangélica ocupando uma pequena marquise, parte sentada em um banco, parte sentada no chão.

O mais marcante e consciente uso do círculo nesta pesquisa, entretanto, foi registrado no cursinho popular da Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019). Lá, é atividade obrigatória o “Círculo do Emancipa”, normalmente usando cadeiras da escola que abriga o cursinho, ministrado por estudantes da universidade a adolescentes que querem ingressar na educação superior. É o momento em que temas sociais e políticos, que independem dos conteúdos do Enem, são debatidos e em que se buscam ouvir e respeitar todas as vozes e opiniões. Quando uma pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a



Juventude participou de um grande evento para o qual a Rede Emancipa foi convidada, o Encontro Internacional de Juventudes em Luta, no Rio de Janeiro em 2016, a atividade que debateu educação, sob a coordenação do Emancipa, se tornou um grande “Círculo do Emancipa”, com inúmeros círculos concêntricos capazes de abrigar centenas de pessoas.

Dispor os sujeitos do processo educacional em círculo é prática heterodoxa que tem longa histórica na própria escola e outras instituições educativas, e a inspiração de Paulo Freire e seus “círculos de cultura” não é pequena – aliás, a Rede Emancipa cita Freire como seu principal fundamento educacional. Em quase todas as atividades formativas durante as ocupações, o círculo esteve presente, em especial nas práticas não-formais, como oficinas e debates. Ocupas levaram esta prática também por inspiração de docentes da sua escola, como registra Carolina de Jesus em entrevista para a pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”:

Amávamos as aulas de sociologia e artes, era diferente, eram oficinas, eram debates. Esses professores sempre procuravam colocar a gente em círculo na sala, para todo mundo conseguir olhar um para o outro, para conversar de frente e ele sempre dava muita abertura para a gente falar de tudo. E ele sempre se dispunha a escutar a gente (Carolina de Jesus, ocupa de escola de Poços de Caldas/MG, entrevista, 2019).

Há um relato muito bonito e impactante, em página de uma ocupação de escola de Juiz de Fora nas redes sociais, quando ocupas encerraram o movimento. Acima do relato, a foto de uma sala de aula que, como as demais, foi limpa e entregue com a configuração que foi usual durante o movimento: em círculo. O relato: “esse é nossa herança para a escola”. Realmente, segundo entrevista concedida por estudante que ocupou esta escola, ao menos durante o ano de 2017 as carteiras continuaram dispostas em círculo:

Acho que o que a gente mais aprendeu na ocupação é que a gente vivia um modelo de escola que não era o modelo que a gente se encaixava. [...] Então, tem escolas que hoje, depois da ocupação, os estudantes não sentam mais em fileiras, os estudantes sentam em círculos; tem escolas que aos sábados e aos domingos abrem para as famílias, tudo isso por causa do período de ocupação. Na escola [...] isso aconteceu, não sei se acontece ainda. Mas a galera senta em círculos, depois de tudo o que aconteceu. Depois, fica toda uma herança para os outros alunos, que não viveram a ocupação, sobre a importância da luta e que aquele lugar foi foco da resistência naquele momento (Helena, ocupa de escola de Juiz de Fora/MG, entrevista, 2019).

Durante as ações coletivas que estudantes dos coletivos juvenis da universidade participaram, assim como as e os ocupas secundaristas que nos têm concedido entrevistas, tais



peças parecem ter se transfigurado de estudantes jovens e adolescentes – com funções e lugares sociais determinados e inferiores na estrutura social – em sujeitos políticos. Ou seja, ocupas e jovens insurgentes se desidentificaram em relação ao papel socialmente esperado de adolescentes e alunas e alunos. Sua voz e ação, tidas como pré-políticas e imaturas, portanto, desiguais e desconsideradas como tendo valor intrínseco no cotidiano e na esfera pública, tiveram de ser ouvidas e reconhecidas, ao menos durante o tempo em que a política como “dissenso” vigorou. (RANCIÈRE, 1996a). É por isso que a manifestação de sujeitos políticos, que é também o momento verdadeiramente político para J. Rancière, é também o momento em que as pessoas afirmam a igualdade entre todas elas.

Nesse sentido, é possível dizer que a melhor performatização da igualdade, entre as práticas político-formativas dos coletivos juvenis e do movimento das ocupações que temos estudado, foram aquelas que fizeram uso da figura do círculo. Na verdade, não se tratou apenas de performatização, mas também de pré-figuração (ORTELADO, 2016), ou seja, a vivência no tempo presente – por meio das próprias formas de protesto – das relações sociais, políticas e educacionais que se espera construir com o movimento. Trata-se de um círculo em que ninguém ocupa o centro, às vezes apenas braços de movimentos e partidos que apoiam a causa, mas nenhuma pessoa. As pessoas se olham diretamente nos olhos, mesmo quando há coordenação ou exposição, e a figura do círculo lembra que todas elas são iguais, por serem humanas, todas elas potencialmente sujeitos políticos.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018. Disponível em: <https://ebookspedrojoaoeditores.files.wordpress.com/2019/03/ebookadriana.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. **Educação com prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GROppo, Luís A. Formative practices of student collectives in a public university. In: PEREIRA, Cláudia. **Brazilian Youth: Global Trends and Local Perspectives**. London and New York: Routledge, 2020. p. 24-36.
- GROppo, Luís Antonio; OLIVEIRA, Ana Rosa; OLIVEIRA, Fabiana Mara de. Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 24, p. 1-24, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240031.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (orgs.). **Ocupar e resistir: movimento de ocupações de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- NOVAES, S. Caiuby. **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- ORTELLADO, Pablo. A primeira flor de junho. In: CAMPOS, A, M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. M. **Escolas de lutas**. São Paulo: Editora Veneta, 2016. p. 12-18.
- PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (org.). **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra: Setembro; Campinas: CMU, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996b.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia das Letras; Brasília: MEC; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996a. p. 367-382.

## Notas de fim

<sup>i</sup> Entre as produções da pesquisa a respeito deste tema, destaco Groppo (2020).

<sup>ii</sup> Relatos mais detalhados destas práticas formativas nas ocupações se encontram em Costa; Groppo (2018) e Medeiros; Januário; Melo (2019).